

## A CONSTITUIÇÃO DA FÓRMULA DISCURSIVA “CULTURA DE PAZ”: CIRCULAÇÃO E PRODUÇÃO DOS SENTIDOS

Helena Maria Boschi da SILVA (UFSCar)

### Introdução

O presente artigo é a comunicação de uma pesquisa em nível de mestrado que está sendo iniciada no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos sob orientação dos Professores Doutores Roberto Leiser Baronas e Luciana Salazar Salgado, com bolsa de pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

A inspiração para esse trabalho surgiu quando, por motivos alheios à academia, participamos do Encontro Internacional “En Pie de Paz – Cultura de paz, políticas públicas e desenvolvimento cultural”, realizado nos dias 25 a 27 de abril de 2011 em São Paulo. Assim como aconteceu com muitos dos outros presentes, era a primeira vez que ouvíamos falar da supostamente definida “Cultura de Paz”, e tivemos a oportunidade de começar a constatar a diversidade de interpretações que o termo condensava já pelas origens bastante diversas dos participantes desse evento.

Foi nesse encontro que tivemos acesso à Cartilha *Cultura de Paz: Redes de Convivência* (DISKIN, 2009), distribuída gratuitamente aos interessados com a finalidade de disseminar o conhecimento e a prática da mesma. Nela é possível ver exemplos de ações realizadas em prol da “Cultura de Paz” por diversas instituições brasileiras, desde universidades, como a Universidade Aberta do meio Ambiente e da Cultura de Paz - UMAPAZ e a Universidade da Paz – Unipaz, até Secretarias Municipais<sup>1</sup>, Associações (que têm como exemplo canônico a Associação Palas Athena) e ONGs.

---

<sup>1</sup> Dentre as iniciativas divulgadas na cartilha, encontramos o projeto “Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo: políticas públicas para superação da violência e construção de uma cultura de paz” (DISKIN, 2009, p.36). Também a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo coloca a Cultura de Paz em seu site como sendo “política pública deste governo”, utilizando o slogan: “Cultura de Paz: passe esta bola para frente!” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação)

Percebemos então que a “Cultura de Paz” poderia ser considerada um acontecimento discursivo de grande interesse, uma vez que o tema vinha sendo abordado em fóruns nacionais e internacionais sob as mais diferentes perspectivas, e produzindo inclusive regulações e políticas<sup>2</sup> baseadas na construção semântica dada por esses encontros de caráter institucionalizante.

### 1. O surgimento do sintagma “Cultura de Paz” e seu(s) significado(s)

Segundo Lia Diskin (2009, p.19), o termo “Cultura de Paz” aparece pela primeira vez em 1989, na Conferência Internacional sobre Paz na Mente dos Homens, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Yamoussoukro, na Costa do Marfim, que teve como resultado a “Declaração sobre a paz na mente dos homens” (Yassoumoukro, 1989).

Após esse evento, a “Cultura de Paz” começou a aparecer como diretriz de diversas iniciativas, dentre as quais destacamos a sua inclusão no programa da UNESCO, em 1995, a proclamação do ano 2000 como o “Ano Internacional por uma Cultura de Paz” e da década 2001-2010 como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo” pela Assembleia Geral da ONU (Resoluções de 20 de novembro de 1997 e de 10 de novembro de 1998, respectivamente), e o lançamento do “Manifesto 2000”, elaborado por ganhadores do Prêmio Nobel da Paz, tendo como mote a frase “A Paz está em Nossas Mãos”.

Segundo a publicação *Unesco and a Culture of Peace: promoting a global movement* (UNESCO, 1995, p.40, *tradução nossa*), os princípios fundamentais da “Cultura de Paz” são:

- não-violência e respeito pelos direitos humanos;
- diversidade cultural, tolerância e solidariedade;
- compartilhamento e livre fluxo de informações;
- participação plena e empoderamento das mulheres.

---

<sup>2</sup> Em 2002 foi criado em São Paulo o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz – CONPAZ, que em 2003 teve seus membros nomeados, estando a Lia Diskin entre eles, e em 2006 escreveu uma Carta Aberta aos candidatos para as eleições do ano, a qual buscava “a formulação de Políticas Públicas com base nos princípios de Cultura de Paz” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO).

No entanto, para David Adams (2005a, *tradução nossa*), um dos principais representantes da “Cultura de Paz” no âmbito internacional<sup>3</sup>, a “Cultura de Paz” pode ser compreendida por meio da combinação de duas importantes resoluções das Nações Unidas, o “Programa de Ação” e a “Resolução das Nações Unidas de 1998 sobre a Cultura de Paz”<sup>4</sup>, a partir das quais ele constrói uma definição baseada em oito premissas:

Uma cultura de paz é uma proposta de prevenção da violência e dos conflitos violentos, e uma alternativa à cultura da guerra e da violência baseada na educação para a paz, na promoção da economia sustentável e do desenvolvimento social, no respeito pelos direitos humanos, na igualdade entre mulheres e homens, na participação democrática, na tolerância, no livre fluxo de informações e no desarmamento.

Para cada um dos oito pontos colocados por Adams, havia, na versão inicial do programa de ação e da resolução enviados pela UNESCO para as Nações Unidas, um contraponto para a “Cultura da Guerra e da Violência”, os quais foram eliminados da versão final, juntamente com essa expressão, por pressão da União Européia. Do ponto de vista discursivo, esse é um dado relevante, pois indicia a disputa pelos sentidos atribuíveis e/ou atribuídos ao sintagma que aqui nos interessa. Segundo notas de Adams (2005a, *tradução nossa*) sobre encontro informal em maio de 1999,

O representante alemão, em nome da União Européia (...) explicou o porquê de ele ter deletado a frase “rápida transição de uma cultura de guerra e de violência para uma cultura de paz”. Segundo ele, não existe uma cultura de guerra e de violência no mundo.

O desenvolvimento da expressão “Cultura de Paz” teria se baseado, portanto, em uma oposição à “Cultura da Guerra e da Violência”, que predominava. Mesmo sem o reconhecimento da União Européia, o pesquisador disponibiliza em seu site os dois documentos, fazendo notar a grande diferença entre eles e utilizando a seguinte tabela

---

<sup>3</sup> David Adams foi o responsável pelo desenvolvimento do “Culture of Peace Programme” da UNESCO, em 1992, e Diretor da “Unit for the International Year for the Culture of Peace” até 2001. É também o criador do site “Global Movement for a Culture of Peace”, que traz informações e documentações sobre a Cultura de Paz, e um dos principais responsáveis pela “Culture of Peace News Network” (CPNN).

<sup>4</sup> O “Programa de Ação” de 1999 e a “Resolução de 1998 sobre a Cultura de Paz” podem ser encontrados, respectivamente, nos sites da “Culture Of Peace News Network” (UNESCO, 1999) e da “United Nations Documentation” (UNESCO, 1998).

para contrapor as diferentes áreas dos programas da “Cultura da Guerra e da Violência” e da “Cultura de Paz” (ADAMS, *ibidem*, tradução nossa):

CULTURA DA GUERRA E DA VIOLÊNCIA	CULTURA DA PAZ E DA NÃO-VIOLÊNCIA
Crença no poder baseado na força	Educação para uma cultura de paz
Ter um inimigo	Compreensão, tolerância e solidariedade
Governo autoritário	Participação democrática
Sigilo e propaganda	Livre fluxo de informações
Armamento	Desarmamento
Exploração das pessoas	Direitos Humanos
Exploração da natureza	Desenvolvimento sustentável
Dominação masculina	Igualdade entre homens e mulheres

Tabela 1: As oito áreas programáticas da “Cultura da Guerra e da Violência” e da “Cultura da Paz e da Não-violência”

Cabe notar que, embora David Adams coloque o *desarmamento* como ponto da “Cultura de Paz”, no Programa de Ação elaborado pela UNESCO (para o qual ele também colaborou) e no Programa da Década da Cultura de Paz, baseado naquele, este tópico é substituído por outro, *paz e segurança internacional*, sendo o desarmamento deixado como um dos vários subitens. Os oito eixos desses dois programas ficam, então:

1. Cultura de Paz através da educação;
2. economia sustentável e desenvolvimento social;
3. compromisso com todos os direitos humanos;
4. equidade entre os gêneros;
5. participação democrática;
6. compreensão, tolerância e solidariedade;
7. comunicação participativa e livre fluxo de informações e conhecimento;
8. paz e segurança internacional.

Este oitavo ponto traz uma questão interessantíssima para o debate. Até então, não havia surgido a questão da *segurança* dentro das premissas da “Cultura de Paz”,

termo que também assume interpretações diversas. Segundo o próprio Adams (2005b, *tradução nossa*), falando sobre o oitavo ponto do programa,

Talvez não haja lugar em que as ironias sejam mais evidentes do que aqui. São os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China, que detêm a maioria das armas nucleares e que fazem a maior parte das vendas de armamentos do mundo. (...) Talvez a maior contradição seja que essas grandes potências dominem o Reino Unido, potencialmente nosso maior aliado para a transição até uma cultura de paz. Não é de admirar que tenha sido tão difícil conseguir apoio do Secretariado da ONU para a cultura de paz.

Esse acontecimento não causa surpresa se pensarmos que todas as ações promovidas em prol da “Cultura de Paz” e suas prerrogativas seguem o fluxo da *mundialização*, tal como abordada por Mattelart (2005), isto é, no âmbito da comunicação e da cultura, que tem permitido às (auto)eleitas “nações civilizadoras” (SALGADO; ANTAS JÚNIOR, 2011, p.262) estender globalmente seu poder e seu entendimento do que sejam essas premissas, fato que pode ser constatado visivelmente, por exemplo,

(...) nas novas práticas de intervenção territorial, que, em nome da *liberdade* e da *democracia*, transitarão pelo globo como forças expedicionárias que visam garantir o bom funcionamento local onde supostamente falham a *liberdade* e a *democracia* celebradas globalmente. (SALGADO; ANTAS JÚNIOR, 2011, p.262)

Mas não se trata somente dessa questão. Ela nos interessa por um contexto mais amplo, ou seja, em termos discursivos, por ser parte de uma conjuntura que trata das diversas interpretações reivindicadas em cada ocorrência do sintagma “Cultura de Paz”. Chegamos, assim, ao ponto em que nosso objeto de estudo se delineia nos termos da proposta de Krieg-Planque (2010), relativos à noção de fórmula discursiva.

## 2. A “Cultura de Paz” enquanto potencial fórmula discursiva

Para Alice Krieg-Planque (2010, p.9), a fórmula designa

(...) um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões

políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir.

Essas formulações são sintagmas verbais que devem ter, em maior ou menor grau (pois trata-se de uma gradação, podendo as diferentes fórmulas ter um aspecto mais evidente que outro), quatro características: 1. assumirem um caráter cristalizado; 2. estarem inscritos numa dimensão discursiva; 3. funcionarem como referentes sociais; e 4. comportarem um aspecto polêmico (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.61).

No que diz respeito à primeira propriedade, a *cristalização*, Alice Krieg-Planque (2010, p.61) afirma que a fórmula “(...) é sustentada por uma forma significativa relativamente estável”. Essa cristalização, que também é relativa, torna possível a detecção dos sintagmas candidatos à fórmula através do acompanhamento da frequência com que ele aparece no *espaço público*<sup>5</sup>. Observando a sequência “Cultura de Paz” (com a variante “Cultura da Paz”), por exemplo, temos uma unidade lexical complexa que se cristalizou ao longo dos últimos vinte e três anos (desde seu surgimento em 1989), e que hoje conta com quase dois milhões de ocorrências na ferramenta de busca do Google, tendo portanto uma forma identificável e possível de rastrear, o que a torna uma candidata à condição de fórmula.

A segunda propriedade, a *dimensão discursiva*, deve-se ao fato de a fórmula ser uma noção essencialmente discursiva, pois se trata de materialidade linguística que “não existe sem os usos que a tornam uma fórmula” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.81). Assim, nenhum sintagma verbal está destinado a ser (ou não) formulaico, sendo necessária a análise de sua circulação em um determinado recorte temporal para se verificar se alcança essa condição. Cabe notar que a sequência pode tanto surgir já com o status de fórmula, como supomos ser o caso da “Cultura de Paz”, quanto desenvolver esse caráter em meio a sua trajetória devido a algum uso particular (ou uma série de usos), como ocorre na maioria das vezes (*ibidem*, p.82). A sequência “sem-documento” (“sans-papiers”), por exemplo, parece ter se tornado uma fórmula na segunda metade de

---

<sup>5</sup> O *espaço público* é considerado aqui como o local fundamentalmente midiático de projeção dos diversos aspectos da sociedade, “por meio do qual os atores compartilham seus pontos de vista, expõem suas opiniões em praça pública, tornando-as, desse modo, visíveis a quaisquer outras pessoas, alimentando, assim, a possibilidade de um debate público e contraditório de suas opiniões” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.114).

1996, quando ocorreu “o caso dos sem-documento da igreja Saint-Bernard” e ela passou a ter uma aparição expressiva no espaço público (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.85).

O funcionamento como um *referente social*, terceira condição para que um sintagma cristalizado seja classificado como fórmula, deve-se, segundo Pierre Fiala e Marianne Ebel (citados por Krieg-Planque em MOTTA; SALGADO, 2011, p.18), ao fato de que

(...) surgem fórmulas na linguagem em relação às quais o conjunto de forças sociais e o conjunto dos locutores são obrigados a tomar posições, a defini-las, a combatê-las ou a aprová-las, mas, em qualquer caso, a fazê-las circular de uma maneira ou de outra.

Em outras palavras, isso acontece quando a sequência torna-se presença obrigatória para além dos contextos sociais em que surge, transcendendo o lugar discursivo de origem e podendo, inclusive, “(...) funcionar como índice de reconhecimento que permite 'estigmatizar' – positivamente ou negativamente – seus usuários” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.74).

Um indício forte desse acontecimento, no caso da sequência “Cultura de Paz”, é sua extensa adoção por Universidades, Associações e ONGs, além de sua presença em regras de concursos e em instâncias legislativas, muitas vezes devido ao reconhecimento e à visibilidade que seu uso confere à entidade, já que atitudes que se encaixariam perfeitamente dentro das concepções da “Cultura de Paz”, tal como delineadas por David Adams (2005a) e citadas anteriormente, muitas vezes não são vistas e reconhecidas como tal, se não utilizarem explicitamente essa denominação. Trata-se, por exemplo, da seção “Saber o sabor da experiência” da cartilha *Cultura de Paz: Redes de Convivência* (DISKIN, 2009, p.30), em que dez projetos foram selecionados para representar algumas das “ações em prol da Cultura de Paz”, mas na qual um dos requisitos para participar da seleção era “ter a cultura de paz explicitamente entre seus objetivos”.

A última característica proposta por Krieg-Planque (2010, p.99-100) diz respeito ao *caráter polêmico* da fórmula, o qual está intimamente ligado à propriedade de *referência social* pelo fato de a expressão constituir “um suposto denominador comum”, mas comportar diversos sentidos, reivindicados por institucionalidades distintas. Isso se

deve também ao fato de a fórmula condensar questões políticas e sociais, que, como a autora explica,

põe[m] em jogo os modos de vida, os recursos materiais, a natureza e as decisões do regime político do qual os indivíduos dependem, seus direitos, seus deveres, as relações de igualdade ou de desigualdade entre cidadãos, a solidariedade entre humanos, a ideia que as pessoas fazem da nação de que se sentem membros.

Será a análise de como essas características se manifestam e se relacionam nas ocorrências do cópús que nos permitirá realizar um estudo mais aprofundado sobre a circulação e produção dos sentidos do sintagma “Cultura de Paz”.

### 3. A constituição do cópús

O mapeamento e a seleção de nosso cópús levarão em conta o quadro teórico e a metodologia propostos por Krieg-Planque (2010). Como os usos só podem ser verificados pelo contexto do enunciado em que aparecem, a automatização do processo de seleção será feita somente em um primeiro momento da pesquisa. Posteriormente, será necessária uma leitura prévia do material que conte com um “interpretante razoável” (KRIEG-PLANQUE *apud* MOTTA; SALGADO, 2011, p.30), a fim de realizar uma seleção interessante para a análise.

O recorte temporal do estudo é a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo”, ou seja, de 2001 a 2010. O levantamento das ocorrências nesse período será realizado por dois processos:

- a) o entrecruzamento de discursos e ações de instituições brasileiras durante a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo”, com o auxílio de documentos e obras que sintetizam as principais ações desenvolvidas durante a Década para a Cultura de Paz, tais como *Cultura de paz: da reflexão à ação - Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo* (DISKIN; NOLETO, 2010), que enumera alguns dos projetos brasileiros mais representativos para a campanha, o *Relatório Mundial de Cultura de Paz* (ADAMS, 2007), e o último relatório sobre a Década, *Report on the Decade for*



*a Culture of Peace: Final Civil Society Report on the United Nations International Decade for a Culture of Peace and Non-violence for the Children of the World (2001-2010)* (ADAMS et al, 2011);

- b) o mapeamento em jornais como a Folha de São Paulo, o Estadão e o Brasil de Fato, a fim de verificar como esses dispositivos midiáticos fizeram (ou não) o sintagma circular.

Como os processos não serão feitos de modo estritamente formalista, poderão ser levantadas também eventuais variantes de natureza morfológica (como é o caso da variação “Cultura de Paz” / “Cultura da Paz”) e morfossintática, ou formulações e paráfrases que, embora formalmente diferentes em alguma medida, atuem nos discursos como a fórmula em questão.

### Considerações finais

Apesar de existir um certo envolvimento com a “Cultura de Paz” por parte de universidades brasileiras, e de o Brasil ser o país da América Latina com maior número de entidades que promovem atividades em nome desse lema<sup>6</sup> (ADAMS et al, 2011), ainda não é possível encontrar estudos acadêmicos sobre o assunto que tratem da questão para além da abordagem laudatória.

A proposta teórico-metodológica de Krieg-Planque (2010) acerca do conceito “fórmula discursiva”, aplicada ao corpúsculo proposto acima, parece-nos adequada para uma análise acurada do desenvolvimento discursivo do sintagma no Brasil, contextualizado na conjuntura internacional.

Cabe enfatizar que o êxito do trabalho não consistirá na confirmação da adequação dessa sequência como fórmula discursiva, mas no percurso metodológico a ser realizado, que permitirá a análise das relações existentes entre o material linguístico em questão e os sentidos produzidos nos diferentes meios em que circula, buscando, principalmente,

---

<sup>6</sup> Segundo o último relatório da sociedade civil para a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo” (ADAMS et al, 2011), dentre os países da América Latina e Caribe que colaboraram com informações sobre atividades em prol da Cultura de Paz, o maior número de entidades colaboradoras está no Brasil, com 95 organizações, seguido pela Argentina, com 48, e pela Colômbia, com 23.

compreender a forma como diversos atores sociais (homens e mulheres políticos, militantes de associações, representantes sindicais, dirigentes de empresas, comunicadores, jornalistas profissionais, intelectuais...) organizam, por meio dos discursos, as relações de poder e opinião. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.9)

## Referências

ADAMS, D. Global Movement for a Culture of Peace, 2005. Disponível em: <<http://www.culture-of-peace.info/copoj/index.html>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_. Definition of Culture of Peace, *in* Global Movement for a Culture of Peace, 2005a. Disponível em: <<http://www.culture-of-peace.info/copoj/definition.html>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_. International Peace and Security, *in* Global Movement for a Culture of Peace, 2005b. Disponível em <<http://www.culture-of-peace.info/copoj/security.html>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_. Relatório Mundial de Cultura de Paz, 2007. Disponível em: <[http://www.fund-culturadepaz.org/spa/INFORME\\_CULTURA\\_DE\\_PAZ/INFORME/informeFCP\\_por.pdf](http://www.fund-culturadepaz.org/spa/INFORME_CULTURA_DE_PAZ/INFORME/informeFCP_por.pdf)>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012.

ADAMS, D. et al. *Report on the Decade for a Culture of Peace: Final Civil Society Report on the United Nations International Decade for a Culture of Peace and Non-violence for the Children of the World (2001-2010)*, 2011. Disponível em: <<http://decade-culture-of-peace.org/>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. CONPAZ (Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz). Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/menuitem.b7a457b790929bbd176679cd560041ca/?vgnextoid=c9d0671976067110VgnVCM100000590014acRCRD>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2011.

COMITÊ PAULISTA PARA A DÉCADA DA CULTURA DE PAZ. Manifesto 2000. Disponível em <[http://www.comitepaz.org.br/o\\_manifesto.htm](http://www.comitepaz.org.br/o_manifesto.htm)>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012.

DISKIN, L. *Cultura de paz: redes de convivência*. SENAC, São Paulo, 2009. Versão digital disponível em: <<http://www1.sp.senac.br/hotsites/gd4/culturadepaz/>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2012.

DISKIN, L; NOLETO, M. J. (coord.). *Cultura de paz: da reflexão à ação - Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo*. UNESCO, 2010.

KRIEG-PLANQUE, A. *Emergence et emplois de la formule “purification ethnique” dans la presse française (1980-1994)*. Une analyse de discours, thèse de doctorat em sciences du langage soutenue le 9 novembre 2000 à l'Université de Paris 13. Paris Nord, 3 vol., 840 p.

\_\_\_\_\_. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Trad. Luciana Salazar Salgado, Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. (Lingua[gem]; 39)

MATTELART, A. *Diversidade Cultural e mundialização*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005. (Episteme; 2)

MOTTA, A. R.; SALGADO, L. S. (org.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. Disponível em:  
<[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/cultura\\_de\\_paz/index.php?p=8588](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/cultura_de_paz/index.php?p=8588)>, Acesso em 15 de fevereiro de 2012).

SALGADO, L. S.; ANTAS JÚNIOR, R. M. Criação num mundo sem fronteiras: paratopia no período técnico-científico informacional. In: *Acta Scientiarum: language and culture*. Maringá, v. 33, n. 2, p.259-270, 2011.

UNESCO. Manifesto 2000: Por uma cultura de paz e não violência. Disponível em: <<http://convivenciaepaz.org.br/cultura-de-paz/textos/>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2012.

UNESCO. Unesco and a Culture of Peace: promoting a global movement (UNESCO Culture of Peace Programme), 2005. Disponível em: <<http://www.culture-of-peace.info/monograph/page1.html>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012.

UNITED NATIONS. Programme of Actions. The Culture Of Peace News Network, 1999. Disponível em: <<http://cpnn-world.org/resolutions/resA-53-243B.html>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012.

UNITED NATIONS. 1998 UN resolution on the culture of peace. United Nations Documentation, 1998. Disponível em: <<http://www.un.org/depts/dhl/resguide/r53.htm>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012.